

VIOLÊNCIA NO COMÉRCIO DA REGIÃO CENTRAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA E A APLICABILIDADE DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

VIOLENCE IN TRADE IN THE CENTRAL REGION OF APARECIDA DE GOIÂNIA AND THE APPLICABILITY OF THE COMMUNITY POLICE

DARAGHINEH, Maxmiller Sleiman Ibrahim¹
MOURA, Eduardo Nascimento de²

RESUMO

O presente artigo realizou um levantamento quanto a criminalidade na região comercial da cidade de Aparecida de Goiânia através da coleta de dados realizada por meio de entrevista com comerciantes da região. Objetivando traçar métodos para a identificação de suas causas e formas de intervenção para ulterior cessação das ocorrências e avaliação quanto a efetividade da intervenção. A análise foi impelida pelas queixas de criminalidades na região, buscando meios para a diminuição dos índices de criminalidade comercial e melhoria da segurança local. Apresentando medidas interventivas através de uma nova ferramenta de trabalho denominada: polícia comunitária, que se baseia na busca de uma polícia com uma nova perspectiva de ferramenta de trabalho voltada para a ação preventiva e não repressiva. Através da participação da comunidade nas atividades desenvolvidas pela segurança pública, buscando a integração social na efetividade das medidas preventivas. Sendo necessário o aprimoramento dos serviços de polícia comunitária para a promoção da interação entre polícia e comunidade.

Palavras-chave: Violência. Comércio. Criminalidade. Polícia Comunitária.

ABSTRACT

This article carried out a survey about crime in the commercial area of the city of Aparecida de Goiânia through the collection of data by means of an interview with local merchants. Aiming to outline methods for the identification of its causes and forms of intervention for further cessation of occurrences and evaluation of the effectiveness of the intervention. The analysis was prompted by complaints of criminality in the region, seeking ways to reduce commercial crime rates and improve local security. Introducing intervention measures through a new tool called: community police, which is based on the search for a police with a new perspective of a work tool focused on preventive and non-repressive action. Through the participation of the community in the activities developed by public security, seeking social integration in the effectiveness of preventive measures. It is necessary to improve community police services to promote police-community interaction.

Keywords: Violence. Trade. Crime. Community Police.

¹ Aluno do Curso de Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, maxmillersigd@pm.go.gov.br; Aparecida de Goiânia - Go, Maio de 2018.

² Professor orientador: Especialista professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, eduardomoura76@gmail.com, Aparecida de Goiânia – Go, Maio de 2018.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará de uma análise criminal a respeito da violência no comércio da região central da cidade de Aparecida de Goiânia. Atualmente a violência tem se tornado um cotidiano indesejável nas cidades, sendo necessário analisar e compreender seus aspectos para que se tenha conteúdo para direcionar as políticas públicas com o fim de diminuir os índices de criminalidade.

Em decorrência do pacto político ocorrido com a Constituição Federal de 1988 pactuou-se uma nova concepção de Estado Democrático de Direito visando a soberania popular e não mais a remota percepção de Estado como repressor (BRASIL, 1988).

O índice de crimes no comércio da cidade ainda é alto, uma volta pela cidade é possível ver farmácias, supermercados, salões de beleza todos cercados com grades. Clientes assíduos já conhecem a realidade e entende m a forma não tão agradável da fachada dos comércios, demais clientes, que apenas estão de passagem, pensam que o comercio está fechado, devido estarem acobertados por grades. Outros comerciantes deixam o comércio sem ninguém dentro e somente adentram ao estabelecimento quando tem certeza que a pessoa é um cliente e não um suposto criminoso.

O crescimento urbanístico ocorrido em Aparecida de Goiânia nos últimos anos trouxe qualidade de vida, mas trouxe tais consequências que atinge a população. Os comerciantes se veem reféns da criminalidade o que gera medo e aumenta o sentimento de insegurança. Tanto comerciante como clientes estão passando a optar por se instalarem em centros comerciais denominados: condomínios horizontais comercias, espalhados pela cidade ou até mesmo em *Shopping Centers*.

Tais fatos são alarmantes e merecem um estudo quanto a criminalidade no comércio da cidade, visando especificar as causas do problema e posterior apresentação de intervenções para a melhoria da segurança local e consequente diminuição do índice de criminalidade. Assim, com a proteção e defesa das garantias e direitos dos cidadãos surge então a necessidade, por parte das instituições policiais, do desempenho de ações que tutelem pela integração social, buscando assim uma polícia comunitária, protetora dos direitos humanos.

Tal trabalho tem por objetivo traçar uma nova perspectiva da atividade policial através da denominada “ação preventiva” e não apenas da “ação repressiva”, uma

estratégia para alcançar resultados para traçar ações e políticas públicas de segurança. O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, informa que: a “Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]” (BRASIL, 1988, p. 23). Desta forma, é salutar afirmar que além dos policiais a comunidade possui, também, uma parcela de responsabilidade com a Segurança Pública, devendo, para tanto, colaborar nas necessidades da comunidade.

Neste contexto de interdisciplinaridade, é através da integração social que assegurará mais que a repressão das práticas delitivas, mas, principalmente, a sua prevenção, garantindo com efetividade o exercício da cidadania, baseada nas regras e princípios constitucionais de forma, ética, moral e justa, promovendo o exercício pleno da cidadania.

Proporcionará, assim, o estudo da denominada Polícia Comunitária em que é implementada uma polícia onde a comunidade juntamente com a polícia se comprometem a unirem esforços, através da participação social, para majorar a prevenção contra a criminalidade e a ajudar nas atividades interventivas na região central comercial da cidade. O contato com o cidadão proporcionará o redirecionamento, planejamento e execução de forma mais certa nas ações que envolvem a atividade da segurança pública, o que contribui para o progresso das ações e políticas públicas através da efetiva participação da população.

Objetivando, assim, delinear uma nova perspectiva de ferramenta de trabalho que se baseia na análise dos problemas vivenciados pela comunidade da área comercial central da cidade de Aparecida de Goiânia-Goiás. Examinado os problemas de incidência criminal corriqueiros, identificando suas causas e apresentando intervenções que possam contribuir na diminuição do índice de criminalidade com formulação de respostas para resolução da problemática e auxílio na tomada de decisões.

O estudo terá por base o questionário social estruturado com perguntas que servem como instrumento de coleta de dados e informações. O questionário possui estrutura lógica partindo do impessoal ao pessoal com perguntas de fácil compreensão permitindo identificar as causas sociais da insegurança pública.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA URBANA

O contexto urbano atual está ligado a preocupação com a violência urbana, através das redes sócias, uma caminhada pelas ruas da cidade já é possível dimensionar o tamanho da preocupação e da problemática vivenciada. Comerciantes e moradores aterrorizados e apreensivos, ligar a televisão para assistir as notícias no jornal já não é tão prazeroso, a maioria das reportagens noticiam violência tanto nas áreas de moradia como na área comercial. Para Fernandes e Fernandes (2002, p. 22), o crime possui dois fatores: o indivíduo (criminoso) e a sociedade. Cada um possui uma ação, definida, na sucessão da criminalidade, que exteriorizará diversificados aspectos em função de cada um deles.

A violência no meio urbano aterroriza a população e a busca por respostas que amenizem os problemas são almejadas. A violência urbana “[...] subverte e desvirtua a função das cidades, drena recursos públicos já escassos, [...], modificando nossas existências dramaticamente para pior.” (PINHEIRO, 2003, p. 258). Ansiando compreender a atual realidade vivenciada dos comerciantes, acerca da segurança pública, como um fator necessário para o desenvolvimento das atividades que busquem auxiliar na diminuição da criminalidade.

A Organização Mundial da Saúde (2002) também se pronunciou quanto a conceituação de violência:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.05).

Outros autores já observam o fator violência como um fato social, vez que, não existe no mundo uma cidade que não possua violência. “[...] há sociedades mais violentas do que outras, o que evidencia o peso da cultura na forma de solução de conflitos” (MINAYO, 2009, p. 23). Nesse mesmo sentido de visão, segundo Brasil (2001, p.113), a violência incide nas ações humanas particulares, de grupos, classes, nações que acarretam a morte dos seres humanos ou afetam a integridade e saúde, física, moral mental ou espiritual. O crescimento da violência é assustador até mesmo nas cidades interioranas,

que antes só vivenciavam a violência através do noticiário televisivo corriqueiros nas cidades grandes.

A população se torna refém da criminalidade, na visão do especialista Pinheiro (2003, p. 61), durante o dia, deve-se andar pelas ruas com cuidado, não falar com estranhos, a noite não sair para caminhar. Ou seja, cita regras para não ser vítima da criminalidade porem priva a liberdade do cidadão como consequência drástica.

Na análise casuística seu surgimento se instala na justificativa da desigualdade social, ausência de oportunidades, aumento acelerado e desordenado do espaço urbano.

A discussão sobre a violência e sua relação com a manutenção (crescimento) da desigualdade teria que incorporar o papel que a falta de resposta do poder público desempenha na manutenção dos altos índices de violência. Não se trata aqui de pensar apenas o papel dos agentes encarregados de aplicar as leis mas de todos aqueles setores que deveriam garantir que a população tenha uma vida digna. Os dados apresentados reforçam que violência e insegurança caminham junto com pouca qualidade de vida, com ausência de política habitacional, com a implementação deficitária de serviços que podem provocar mais competição entre a população que se deseja, em tese, atender e proteger. (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p.31).

Para Cardia e Schiffer (2002, p. 31), violência e insegurança caminham juntos, porém com qualidade de vida insuficiente devido à ausência de política habitacional e déficit do serviço público, causando competição entre a população. Contrariamente outros autores defendem que a violência não está diretamente ligada com a pobreza.

Pobreza não é sinônimo de violência e prova disso é que, se fosse o caso, os estados, as cidades e os bairros brasileiros mais pobres estariam em pé de guerra e quase metade da população viveria em estado de revolta contra os mais ricos.” (MINAYO, 2009, p. 24).

No mesmo sentido coaduna outros autores “A violência mostra – se exacerbada e eclode nos mais diversos setores sociais, atingindo indistintamente todas as castas e população do globo.” (SÁ; SHECAIRA, 2008, p.67). Assim, existe controvérsias quanto a ligação entre criminalidade e desigualdade econômica.

Outro fato agregado a violência urbana seria a arquitetura do espaço urbano. A maioria das cidades foram construídas sem imaginar as consequências futuras relacionadas aos índices de criminalidade. Para Jacobs (2011, p. 93), acredita que mudanças no ambiente construído podem influenciar positivamente a conduta dos usuários, trazendo-os de volta as suas atividades. Desta forma o plano arquitetônico da cidade também influencia nestes dados.

Para Minayo (2009, pag. 41), a violência é concreta e ocorre de forma específica, por isso existe a necessidade de estudos locais e operacionais. Assim, são necessárias estratégias intersetoriais de enfrentamento.

Outros fatores relevantes são as áreas designadas apenas para o comércio, o que evita ruas desertas em alguns horários devido ao baixo fluxo de rotação de pessoas. “A possibilidade da permeabilidade faz com que todos os espaços sejam utilizados de forma regular evitando assim, o ócio e o desuso em determinados pontos específicos do lugar que possam ser facilitadores de transgressões.” (VIVAN, 2012, p. 49). Desta forma, não deixa de ser uma análise relevante pois designar uma área apenas para o comércio na cidade, utilizando ruas largas e quadras pequenas facilitam a vigilância natural pelos comerciantes, observa-se tal medida nas cidades de Palmas- Tocantins e Brasília-Distrito Federal.

2.2 O PAPEL DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

Nos últimos anos passou-se a questionar se as ações policiais tradicionais ainda possuem tamanha eficácia. Agindo na prevenção do crime através da presença visível do policiamento através do patrulhamento pelas ruas da cidade infere na diminuição da criminalidade local, da baderna e desordem.

Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia como a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos como crimes, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida geral daquela área. (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p. 4).

Não mais apenas supressão dos crimes, mas um desenvolvimento que propicie as comunidades viverem de forma digna. Segundo Bayley e Skolnick (2006, p. 29), a manutenção da ordem representa uma ampliação dos propósitos do policiamento.

O patrulhamento comunitário inclui o “conhecer a comunidade”, comunicar-se com os comerciantes, saber de suas necessidades, efetivarem pesquisas, visitas de porta em porta dos comércios questionando quanto aos problemas de segurança, adquirir informações e sugestões, encorajá-los a acionarem a polícia em todos os casos e não apenas em situações emergenciais. Assim a importância da intervenção dos policiais nos estágios iniciais das situações-problema, evitando problemas maiores.

Como afirmam Bayley e Skolnick (2006, p. 30), os policiais encarregados do policiamento comunitário gastam a maior parte de seu tempo evitando crises potenciais.

Em outros países tal logística é aplicada e possui bons resultados, em Cingapura existem miniaturas de delegacias onde há o patrulhamento a pé, de bicicleta, atendem a sociedade e prestam serviços embasados na prevenção de crimes. A cooperação pública entre polícia e cidadão é necessária para prevenção de crimes e para descobrir criminosos.

Em resumo, o policiamento comunitário adota o aumento da participação civil no policiamento. A reciprocidade na comunicação não só é aceita como também encorajada. Sob o policiamento comunitário, o público pode falar sobre prioridades estratégicas, enfoques táticos, e mesmo sobre o comportamento dos policiais enquanto indivíduos, e também ser informado sobre tudo isso. (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 32).

Conforme Bayley e Skolnick (2006, p. 35), há quatro comportamentos essenciais no policiamento comunitário: prevenção comunitária do crime, reorientação do patrulhamento, aumento da responsabilização e descentralização do comando.

Além disso, ainda conforme Bayley e Skolnick (2006, p. 37), a polícia comunitária deve desenvolver a capacidade de diagnosticar as soluções a longo prazo para crimes recorrentes. Desta forma, aufere problemas como perturbação da ordem e pode ajudar mobilização por recursos públicos e privados.

Conforme designação dada por Spelman e Eck (1989, p.73), a denominação Policiamento Orientado para o Problema é a o policiamento realizado para cuidar das situações para que o problema não ocorra, agir de forma preventiva. Assim, foi desenvolvido o método chamado método IARA.

Ainda conforme Spelman e Eck (1989, p.74), tal método contém a identificação do problema, análise, resposta e avaliação. A penúltima fase é o momento da atuação sobre as causas visando a eliminação do problema ou redução de ocorrências. A fase final dos resultados permite a avaliação e ajustes das ações.

2.3 ANALISE CRIMINAL - CRIMINALIDADE NA ÁREA COMERCIAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Conhecer a opinião pública quanto a criminalidade na região, políticas públicas, confiança nas instituições de segurança pública é de extrema importância para a análise de dados. Torna-se possível traçar medidas e estratégias visando a melhoria na prestação de serviços à comunidade, em especial aos comerciantes.

O acelerado processo de urbanização desperta a preocupação do, também, aumento da criminalidade, surgindo um desafio a ser superado pela segurança pública visando viabilizar técnicas e estratégias mais preventivas do que intervencionistas.

A aproximação com a comunidade traz confiança o que estreita as relações, o diálogo facilita a identificação de supostos autores, possíveis delinquentes, facilitando na prevenção dos crimes. Conforme Minayo (2009, pag. 41), a sensação de que o crime compensa cria na sociedade um sentimento de impotência e alimenta o clima de desconfiança em relação à legalidade, aos políticos e à política.

A análise demonstra as principais ações que devem ser tomadas com o fim de prevenir a vitimização na área comercial da cidade. As estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2017) demonstram que houve uma redução em roubos e furtos a comércio:

De acordo com as estatísticas, de janeiro a novembro, Aparecida de Goiânia conseguiu redução em 10 das 12 naturezas de ocorrências reativas ante 2016. Os homicídios estão menores (-16,74%), estupros (-18,84%), tentativas de homicídios (-35,06%), latrocínios (-46,67%), roubos a transeuntes (-21,68%), roubo de veículos (-19,45%), **roubos em comércios (-18,9%), furtos em comércios (-39,43%)**, furtos em residências (-5,89%) e furtos a transeuntes (-15,54%). Apenas os roubos em residências e furtos de veículos avançaram, respectivamente, 1,18% e 8,02%. (SSP-GO, 2017, p. 01, grifo nosso).

Em entrevista realizada por Araújo (2011, p. 119), a comunidade aparecidense foi entrevistada, umas das perguntas foi qual seria uma das formas de resolver a criminalidade. Os entrevistados afirmaram que a melhoria no policiamento contribuiria para a diminuição da violência e da criminalidade e citaram a necessidade de mais policiais militares para tal intento.

Os entrevistados concordam que uma melhoria no policiamento contribuiria para a diminuição da violência e criminalidade, mas esse fator contrapõe-se com o

quadro policial existente. Segundo dados do Comando de Administração e Finanças da Polícia Militar, no ano de 2011, o corpo policial está composto por 1108 (hum mil 120 cento e oito) policiais militares, considerando que a população atual em Aparecida é de 455.735 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco) habitantes, a relação policial-habitante é de 411,31 (quatrocentos e onze vírgula trinta e um) habitantes para cada policial vigiar e proteger, com a finalidade de manter a ordem e a paz. (ARAÚJO, 2011, p. 119-120).

Ainda que tal análise não esgote toda temática e nem desmascare sua complexidade da multiplicidade de fatores que contribuem para a violência na região comercial da cidade a análise proposta admite conhecer as necessidades dos comerciantes e arquitetar possíveis ações que possam auxiliar no combate a criminalidade.

3. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de campo que abordou um estudo quanto aos índices de criminalidade na área comercial central da cidade de Aparecida de Goiânia. As informações foram coletadas com os proprietários de comércios localizados no bairro central da cidade através da utilização do instrumento: questionário que foi distribuído e aplicado apenas aos comerciantes da região em análise. Os proprietários dos comércios foram abordados através de visitas em seus locais de trabalho durante o período matutino, sendo as falas anotadas. De acordo com o último senso do IBGE 2010, o bairro foi estipulado com 463 habitantes (BRASIL, 2010). A obtenção da amostra ocorrera segundo o método de análise quantitativo. Com a utilização do cálculo amostral nos parâmetros de p e q igual a 50, resultariam em uma amostra de 233 indivíduos. Porém, em razão da complexidade da coleta de dados e pelo curto prazo de tempo não permitiram que esse número fosse atingido. Sendo possível coletar apenas o quantitativo de 30 indivíduos.

Foram visitados 30 estabelecimentos comerciais, a maioria dos proprietários dos comércios gostou da pesquisa realizada e se mostraram dispostos a participar, de 30 estabelecimentos visitados houve apenas 02 recusas em participar. A aplicação do questionário foi realizada no período de 19 de março a 20 de março do ano de 2018.

As pessoas, da pesquisa de campo, foram escolhidas através de amostras probabilísticas participando do questionário apenas proprietários de comércio da área central da cidade. Desta forma, o critério de escolha para aplicação do questionário se baseou apenas em comerciantes da região, possibilitando trazer debates, discussões e análise especificadamente quanto à temática.

A pesquisa de campo se desenvolveu tendo por base o estabelecimento de um plano de 09 perguntas fechadas e, ao final, 02 perguntas referentes ao perfil do entrevistado como idade e sexo, através de questionário impresso aplicado na área central do comércio da cidade de Aparecida de Goiânia, direcionado aos proprietários de comércio, sendo realizado de modo presencial. Instrumento este que será o elemento constitutivo dos dados e informações. Posteriormente, os dados coletados foram organizados/tabulados em forma de gráficos em colunas e pizza, para porvindoura análise, estatística e interpretação dos dados, utilizando o software Excel como fonte de apoio para a produção dos cálculos, tabelas e gráficos.

Objetivando a obtenção de dados que possibilitem a análise dos fatos para que seja possível a apresentação de estratégias intervencionistas através das respostas dos comerciantes. Possibilitando a análise da problemática quanto à incidência criminal, identificando suas causas principais, possibilitando a apresentação de medidas intervencionistas capaz de contribuir de forma eficaz na diminuição do índice de criminalidade e atuante no auxílio de tomada de decisões que visem à solução da problemática. Foi utilizada fonte de dados primários ao valer-se da utilização do questionário, que possui estrutura lógica partindo do impessoal ao pessoal com perguntas de fácil compreensão permitindo identificar as causas sociais da insegurança pública.

No questionário foram abordadas perguntas quanto à criminalidade na região comercial central da cidade, aos índices de criminalidade na área comercial, nível de sensação de segurança, a existência ou não de policiamento ostensivo, e relacionamento do policial com a comunidade. O questionário se iniciou com a abordagem de temas objetivando envolver o entrevistado, com questões mais delicadas inseridas no meio do questionário, deixando para o fim questões de ordem demográfica/ qualitativo, como sexo e idade. O questionário foi estruturado em perguntas, sendo formuladas as seguintes: 1. No Bairro possui associação de moradores? 2. Você considera a Cidade de Aparecida de Goiânia perigosa? 3. Você considera a região comercial central da cidade violenta? 4. Você já participou de alguma reunião comunitária da polícia militar? 5. Você se sente seguro em seu comércio? 6. Qual o grau de satisfação você atribui ao policiamento na região comercial do bairro central da cidade? 7. Você sabe o telefone da viatura que atende a região do seu comércio? 8. Você foi vítima de algum crime no seu comércio nos últimos 12 (doze) meses? 9. Você já recebeu alguma visita comunitária da Polícia Militar nos últimos 12 (doze) meses? 10. Qual sua idade? 11. Qual o seu sexo?

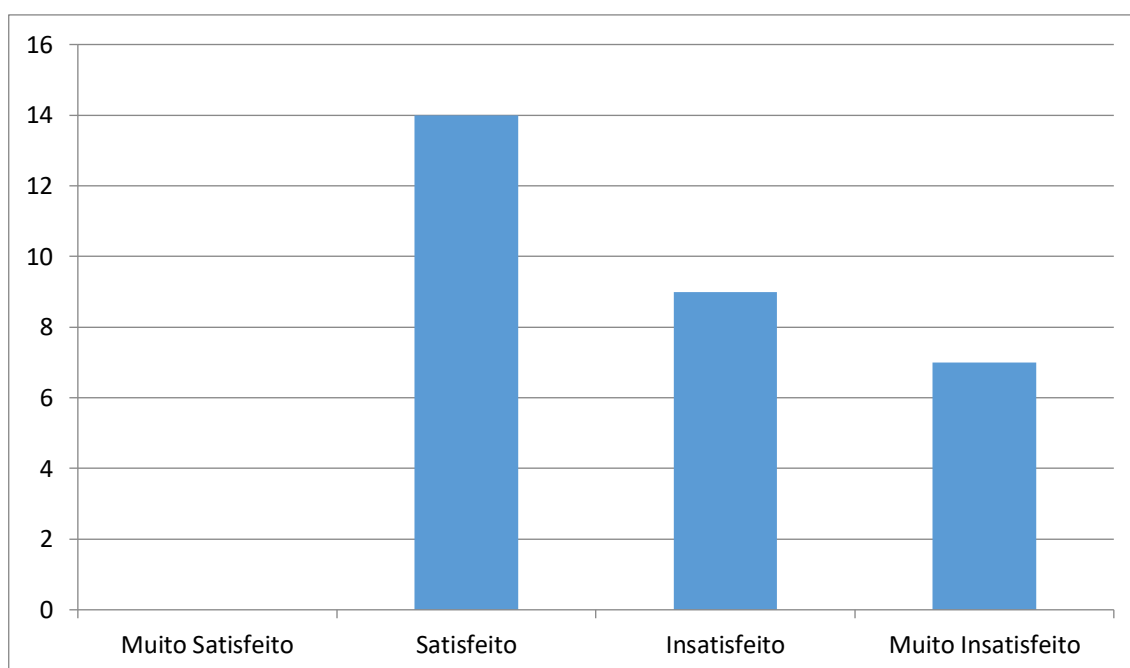
Os dados foram analisados através, inicialmente, da validação dos dados, buscando verificar a consistência e integridade das respostas, codificação dos dados, conversão dos dados da escala ordinal em valores numéricos correspondentes, transformando, assim, em dados estatísticos. Foi utilizada a técnica de satisfação e avaliação da escala Likert, demonstrando mais especificadamente o grau de concordância do entrevistado. Tal regra foi utilizada porque permite descobrir o nível de opinião do entrevistado sobre a temática, ajudando a identificar de forma mais fácil as áreas que querem melhorias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das entrevistas realizadas foi observado que os comerciantes da área central da cidade de Aparecida de Goiânia vivem com a sensação de insegurança e com medo da violência.

Quanto ao grau de satisfação dos comerciantes no que condiz ao policiamento na região, em uma escala de muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito e muito insatisfeito, o resultado foi, vejamos:

Gráfico 1: grau de satisfação dos comerciantes quanto ao policiamento na região comercial central do município de Aparecida de Goiânia-GO, ano de 2018



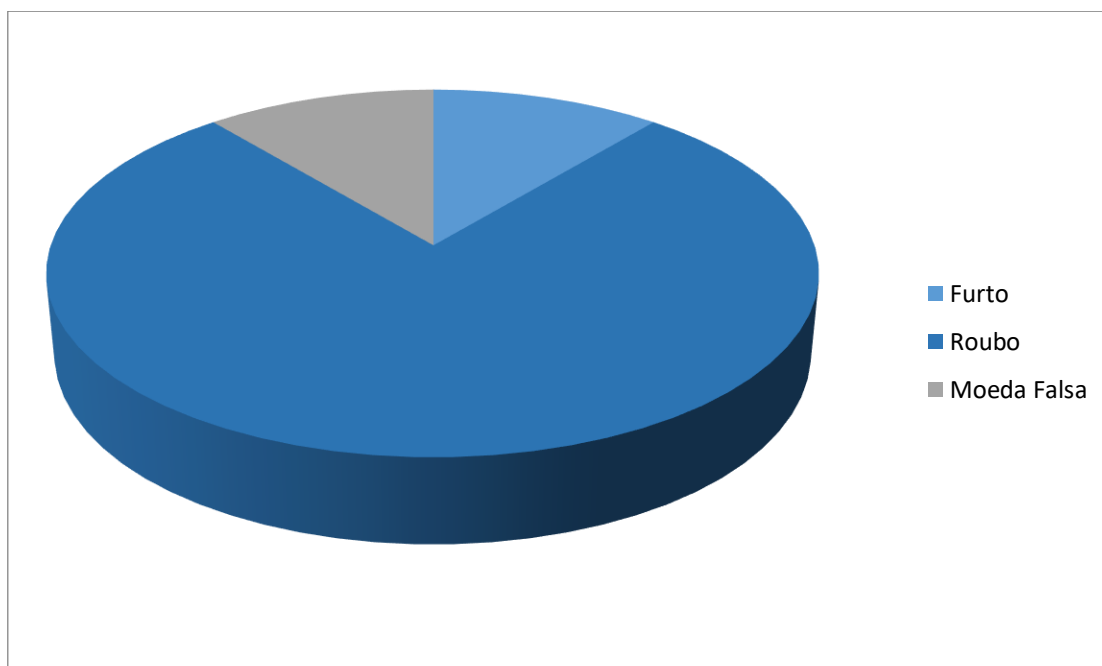
Fonte: O Autor (2018).

Conforme explanado no gráfico, 00 muito satisfeito, 14 estão satisfeitos, 09 sentem insatisfeitos e outros 07 muito insatisfeitos.

Na questão nº 7 quanto ao telefone da viatura que atende a região, dos 30 entrevistados, apenas 02 sabiam o número. Já na questão nº 8 foi indagado se os comerciantes já foram vítimas de algum crime em seu comércio nos últimos 12 meses, dos 30 entrevistados 21 responderam que não e outros 09 responderam que sim (01 crime de

moeda falsa, 07 crime de roubo e 01 crime de furto). Vejamos no gráfico, de forma mais exemplificativa, os crimes que mais ocorreram na região comercial aludidas pelos entrevistados:

Gráfico 2: crimes com maior incidência na região comercial central no município de Aparecida de Goiânia-GO, ano de 2018

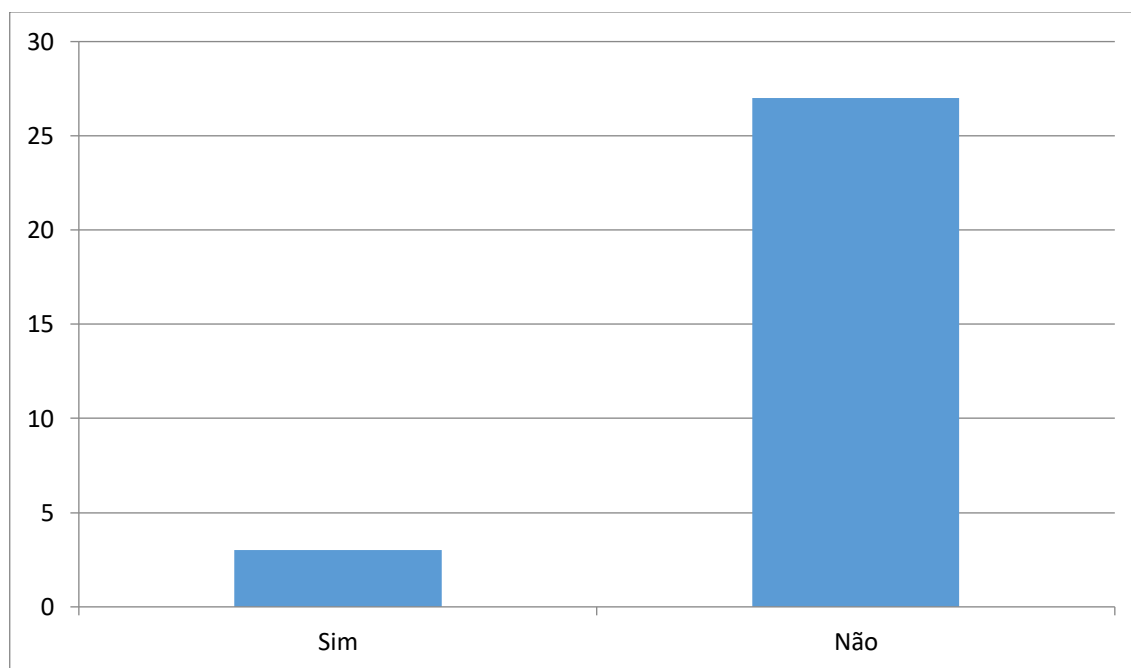


Fonte: O Autor (2018).

Pelo estudo gráfico observa-se que os crimes de maior incidência foram os crimes contra o patrimônio e em sua maioria foram acompanhadas de violência. Outro crime que ocorre também, em menor escala, foi o crime de moeda falsa. Os crimes contra o patrimônio, que são a maioria, é a base para que se possa criar maior laço de comunicação entre polícia e cidadão com discussão e troca de informações que contribuam para a diminuição desses índices, já quanto ao crime de moeda falsa pode ser evitado através de reuniões que tragam enfoque a apresentação de palestras quanto a temática visando a identificação do crime e as medidas corretas a serem adotadas pelos comerciantes, por exemplo.

Na questão de nº 9 foi indagado se os comerciantes já receberam alguma visita comunitária da Polícia Militar nos últimos 12 meses, nesta questão a maioria dos entrevistados informaram que não receberam visitas, dos 30 entrevistados 27 responderam que não e apenas 03 responderam que sim. Vejamos o gráfico:

Gráfico 3: distribuição quanto ao recebimento de visita comunitária da polícia militar nos últimos 12 meses na região comercial central no município de Aparecida de Goiânia-GO, ano de 2018



Fonte: O Autor (2018).

Como se pode observar através do gráfico o policiamento comunitário através de visitas com contato com o comerciante que proporcione troca de informações e aprimoramento na segurança existe, porém necessário se faz seu aprimoramento, já que a maioria informou que as visitas não ocorreram.

Na primeira questão foi abordado quanto a existência ou não de associação de moradores, dos 30 entrevistados apenas 03 informaram que possui. Sendo que a área do bairro central não possui associação de moradores. Neste quesito observa-se que a troca de informações encontra-se escassa, não há um grupo de comerciantes que se reúna para discutir problemática vivenciada no dia a dia para oportunizar a discussão na busca de melhorias, apoio e parcerias.

Na questão nº 2 a esmagadora maioria considera a Cidade de Aparecida de Goiânia perigosa. Já na questão nº 3 especificadamente quanto à violência na região comercial central da cidade, dos 30 entrevistados, 17 responderam que sim considera violenta, os demais responderam que não.

Já na questão nº 4 foi questionado se os comerciantes já participaram de alguma reunião comunitária da polícia militar, 28 responderam que não e apenas 02 responderam que sim. Neste quesito observa-se a ausência de contato dos comerciantes com a Polícia Militar que é responsável pelo policiamento ostensivo da região. Na questão nº 5 quando foi indagado se os comerciantes se sentem seguros em seus comércios, dos 30 entrevistados 21 responderam que não e os demais que sim.

As duas últimas questões foram de ordem demográfico/qualitativo quanto à idade e sexo dos entrevistados. Dos 30 entrevistados 17 foram do sexo feminino e 13 masculino. As idades variam de 21 até 58 anos de idade; 09 com idade entre 21 e 30 anos de idade; 08 maiores de 30 até 40 anos de idade; 09 maiores de 40 até 50 anos de idade e outros 04 entrevistados com idade superior a 50 anos.

Assim, conclui-se que o policiamento comunitário deve ser moldado com uma base comunitária mais sólida, que invista na aquisição do apoio da comunidade de comerciantes em maior número possível para que maiores e bons resultados sejam realizados e que a realidade do serviço prestado pela segurança pública melhore. Observa-se que as reuniões são essenciais para a conquista do apoio e participação da comunidade, envolvendo informações, estratégias e, porque não, motivacional, no momento em que com a riqueza de informações e apoio da comunidade o policial passa a ter maior incentivo.

Ademais verifica-se que a deturpada visão de polícia tradicional agora sofre transição para a atual polícia cidadã que contribui demasiadamente na inibição de crimes. A interação conversas, atuação do policial com a comunidade local reforça o entendimento do cidadão sendo coautor nas estratégias de policiamento. As ações passam a ter maior comprometimento nas ações de ambas às partes.

Analisando-se todos os elementos levantados sobre a temática as respostas encontradas demonstram que a violência é uma realidade vivenciada em vários bairros e cidades, não somente na região central da cidade, tal dinâmica é uma preocupação dos órgãos de segurança pública. Assim, ratificou-se, através da coleta e análise retiradas da aplicação do questionário, que existe sim uma sensação de insegurança e que tal pode ser modificada através da prática de alterações que caminhem para métodos estratégicos de atuação na escolha de medidas e ações adequadas a realidade social que vise o policiamento preventivo à comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a criminalidade está presente em várias cidades e que a velha prática da polícia tradicional que tinha como alicerce a polícia repressora e não preventiva não vislumbra mais eficaz na repressão das condutas criminosas, o que vem causando incredulidade na população em relação ao trabalho executado pela polícia.

O modelo proposto de polícia comunitária apresenta uma perspectiva de mudança de rótulos, permite que os policiais ajam de forma diferenciada através da interação com a comunidade local da cidade. Ademais, não só o policial, mas sim, a comunidade possui seu dever de responsabilidade, atuando como colaborador nas táticas do policiamento. Há uma mudança tanto nos polícias como na comunidade, com comprometimento e responsabilidade.

Através das entrevistas observou-se que a população está apta e interessada em compor e apoiar esta nova perspectiva de policiamento. Os comerciantes apoiam a criação de conselhos de segurança ou de uma associação para discutir os problemas do bairro e repassar nas reuniões mensais de segurança pública. Com isso gerará segurança pública e consequente diminuição dos índices de criminalidade, a comunidade se sentirá mais protegida sabendo do constante apoio e aproximação da polícia.

Ficou constatado que o trabalho de polícia comunitária no bairro praticamente não existe, o que requer seu aprimoramento para que assim possa almejar resultados satisfatórios. A polícia militar deve aprimorar os serviços de polícia comunitária na região buscando um maior envolvimento com os comerciantes. Ou seja, realizando visitas comunitárias, visitas solidárias, reuniões.

Desta forma, observa-se que o policiamento comunitário se manifesta como uma alternativa estratégica atendendo aos novos anseios da sociedade, promovendo a interação entre polícia e comunidade para que unidos possibilitem a resolução dos impasses apresentados na comunidade, pensando em seu bem-estar, incrementando a mentalidade de polícia cidadã.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alessandra. **Medo e insegurança**: reflexos da metropolização em Aparecida de Goiânia. 2011. 134 f. dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policimento Comunitário**: questões práticas através do mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=mn>>. Acesso em 10 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001**: política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 96, 18 de maio 2001. Seção 1e.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. Violência e desigualdade social. **Revista SBPC**, 2002, p. 25-31. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n1/v54n1a18.pdf>>. Acessado em: 20 mai. 2018.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa; 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: _____. NJAINE, K. et al (org.). **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Editado por Etienne G. Krug, Linda L. Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi e Rafael Lozano (Org.). Geneva: OMS, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

SÁ, Alvino Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SPELMAN, Willian, ECK, John E. The police and delivery of local governmental services: a problem oriented approach. In: FYFE, James J. (Ed) **Police practices in 90's**. Washington D.C.: International City Management Association, 1989.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS (SSP-GO). **Goiás acumula 11 meses de queda na criminalidade**. Goiás, dez. 2017. Disponível em: <http://www.ssp.go.gov.br/destaques/goias-acumula-11-meses-de-queda-na-criminalidade.html>>. Acessado em 11 mai. 2018.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento Comunitário**: Como começar. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994.

VIVAN, Mariana. **Arquitetura, espaço urbano e criminalidade**: relações entre o espaço construído e a segurança sob a ótica de intervisibilidade. 2012. 191 f. dissertação (pós-graduação em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

